



Identidade em trânsito: sujeitos deslocados no espaço goiano em *Êxodo Rural*, de Brasigóis Felício

Cloves da Silva Junior*

Resumo: Este trabalho apresenta a análise do conto *Êxodo Rural*, de Brasigóis Felício, com destaque para o caráter transitório das identidades, resultantes das trocas sociais, bem como a relação entre campo e cidade a partir da migração do protagonista Joaquim e sua família da zona rural para o meio urbano. São apresentadas as formações identitárias dessas personagens com base na relação que mantêm com as demais personagens e o espaço que as circunda. Para tanto, foi feita uma articulação entre a narrativa e os postulados teóricos de Berman (1986), Cuche (2002), Foucault (2001), Ignácio (2010), entre outros. Ao final, a análise comprovará que o espaço em que se situam as personagens é motivador das mudanças de identidade, de acordo com os grupos em que estão inseridos, considerando o caráter flutuante da identidade.

Palavras-chave: Êxodo Rural; Identidade; Migração; Cidade; Modernidade.

Abstract: This paper presents the analysis of the Brasigois Felício's short story, *Exodo Rural*, highlighting the transitory of the identities, resulting from social exchanges, as well as the relationship between countryside and city from the migration of the protagonist Joaquim and his family from rural to urban areas. The identity formations of these characters are based on the relationship that they have with the other characters and the space that surrounds them. For this purpose, it was made a link between the narrative and the theoretical postulates of Berman (1986), Cuche (2002), Foucault (2001), Ignacio (2010), among others. At the end, the analysis prove that the space in which the characters located is motivating the changes of identity according to the groups to which they belong, considering the fluctuating nature of identity.

Keywords: Rural Exodus; Identity; Migration; City; Modernity.

Introdução

O presente artigo propõe uma leitura crítica do conto *Êxodo Rural*, do autor goiano Brasigóis Felício, extraído da obra *Monólogos da Angústia*, a partir da discussão sobre a transitoriedade das identidades das personagens da narrativa – com enfoque em Joaquim, protagonista da história –, o deslocamento do campo para a cidade e as transformações que foram motivadas por essa mudança.

O conto retrata a história do mineiro Joaquim, que vivia na magnífica fazenda de Godofredo juntamente com a esposa e seus oito filhos. Após a chegada de tratores e outras máquinas à fazenda, Joaquim (Quim) se vê sem trabalho e impossibilitado de sustentar a

* Mestrando em Letras e Linguística - Área de concentração: Estudos literários, pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (FL/UFG/CAPES). É especialista em Língua Portuguesa, Literatura e Ensino pela UEG - Unidade Universitária de São Luís de Montes Belos. Professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

família, já que não havia serviço suficiente para a personagem. Sem alternativas, Quim recorre à cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, como promessa de uma vida melhor, longe das dificuldades pelas quais passava na fazenda. E, com a ajuda de seu patrão Godofredo, o qual paga as passagens de ônibus para a família inteira, Joaquim desembarca em Goiânia e se assusta com o apocalíptico movimento da cidade. Depois de dormirem na rua, aconselhado por um policial, Joaquim resolve se instalar em uma favela e, a partir daí, sua vida e de sua família se transformam drasticamente em relação ao pacato modo de vida anterior que levavam.

Com o propósito de iniciar as discussões sobre o caráter transitório das identidades, Denys Cuche (2002, p. 177) afirma que “a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social; [...]. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”. Nesse sentido, observa-se que, no contexto na narrativa, Joaquim está vinculado a um determinado sistema social (zona rural) e, em função disso, possui características peculiares que se ligam a este espaço e que foram construídas pelo contato diário que mantém com o ambiente rural e com as personagens que o cercam, seja na fazenda de Godofredo ou em outra qualquer.

De outro lado, ao migrar para a cidade, Joaquim se localiza em espaço que se difere bruscamente do anterior e passa a se identificar com outros grupos, isto é, sua identidade abarca novos modos ver o espaço e de lidar com as pessoas e situações que o cercam de modo diferente da zona rural.

Em virtude disso, este trabalho é dividido em duas partes: a primeira consiste em analisar a identidade das personagens na zona rural e a relação estabelecida com esse espaço; a segunda tem em vista a trajetória do protagonista, juntamente com sua família, até a cidade e as consequências de tal deslocamento para a absorção e desenvolvimento de uma nova identidade.

1 Humildade e submissão do homem do campo

A narrativa de Felício (1985) se inicia com a apresentação de uma cena comum à vida no campo: o peão em seu trabalho diário, geralmente exposto ao sol, retirando da face o suor em excesso, por vezes apoiado no cabo da enxada, instrumento também comum nesse espaço. Assim, ao se deparar com o trabalhador rural/peão Joaquim em cena, o leitor entra em contato com o trabalho pesado da zona rural: “Joaquim pensou que não era mais possível aguentar. Passou os dedos grossos na testa, e atirou fora o suor, num gesto característico” (FELÍCIO, 1985, p.125). E o modo rústico de vida é comprovado pelos dedos grossos da personagem, que denotam uma vida árdua e de trabalhos manuais pesados.

Sequencialmente, em outras passagens do texto, Joaquim continua sendo descrito pelo narrador: “[...] seu corpo desajeitado envolto em mulambos. Quim se sentia como um bicho do mato, e pensar que continuaria no mato o alegrava” (FELÍCIO, 1985, p.127). Tal trecho reforça a ideia de personagem matuta, tímida, e que, mesmo com as dificuldades pelas quais passa, ainda pensa o campo como um lugar sossegado e bom para morar. Observa-se a simplicidade recorrente na identidade da personagem, que se reafirma no momento em que o narrador evidencia que Joaquim já estava acostumado à vida pesada do campo, exposto ao sol muito quente por longos períodos e com pouca comida.

[...] olhos encovados, sumidos bem no fundo de uma cara humilde, acostumada a maltratos os mais diversos, pois que Quim, ao contrário de outros viventes conhecidos seus, não era superior a ninguém: sentia-se como que subalternizado diante até dos animais, das pedras, da natureza mesmo, que era coisa única a lhe dar alguma confiança (FELÍCIO, 1985, p.128-129).

Percebe-se, desse modo, a condição subalterna que acomete a personagem a ponto de ela se considerar menor do que a natureza e os animais, numa situação similar à de Macabéa, personagem de Clarice Lispector. A nordestina também não percebe o sentido de sua existência, além de não saber o que é existir no mundo. No diálogo que segue, entre Macabéa e Olímpico de Jesus, por quem se apaixona, é perceptível a constante ingenuidade da personagem e o seu deslocamento na sociedade.

Ele: – Santa Virgem, Macabéa, vamos mudar de assunto e já!

Ela: – Falar então de quê?

Ele: – Por exemplo, de você.

Ela: – Eu?!

Ele: – Por que esse espanto? Você não é gente? Gente fala de gente.

Ela: – Desculpe mas não acho que sou muito gente.

Ele: – Mas todo mundo é gente, Meu Deus!

Ela: – É que não me habituei.

[...]

Ele: – Olhe, eu vou embora porque você é impossível!

Ela: – É que só sei ser impossível, não sei mais nada. Que é que eu faço para conseguir ser possível? (LISPECTOR, 1998, p.48).

O ponto de semelhança entre Macabéa e Joaquim, nesse caso, é justamente o fato de que aquela não se considera “gente”, e este se reduz a ponto de ter significância menor do que uma pedra; logo, também se enquadra na categoria de *não-gente* presente na narrativa de Clarice Lispector, contribuindo, de certa forma, para uma inferiorização, de tal maneira que a essência de humanidade se perca lentamente, num processo de coisificação, de redução à qualidade de objeto do espaço.

Isso se dá pelo discurso construído e veiculado na sociedade que culmina com o surgimento de uma identidade negativa direcionada a grupos que não se vinculam à identidade dominante, o que acaba por cercear o espaço de convivência dos sujeitos que se encontram em

situação de menos favorecidos, seja em aspectos culturais, sociais, econômicos entre outros. Nesse sentido, “a identidade negativa aparece então como uma identidade vergonhosa e rejeitada em maior ou menor grau, o que se traduzirá muitas vezes como uma tentativa para eliminar, na medida do possível, os sinais exteriores da diferença” (CUCHE, 2002, p. 185).

Pode-se depreender, a partir disso e das sequências da narrativa, que Joaquim não possui uma identidade patriarcal – sem intenções de generalização, mas que é costumeira no meio rural – em que o pai de família, mesmo na condição de peão, é representado de forma imponente, administrando a casa em que vive e tendo a subserviência da esposa e dos filhos, devendo obediência cega apenas ao patrão. No conto, na contramão dessa ideia, Joaquim é pacífico e passivo diante das situações, realçando sua subalternidade em relação às demais personagens e coisas.

Sua esposa Zefa, também chamada por ele de Mariana, é caracterizada como uma mulher magra, de mãos ásperas, dentes em cacos, pés e mãos cheios de calos: a típica mulher que enfrenta as dificuldades da vida no campo e também se envolve em atividades pesadas, o que pode ser comprovado pela pele cheia de marcas. Os dentes em cacos reforçam a situação precária da personagem e a ausência de condições mínimas de vida e de saúde. E quando Joaquim insinua uma possível mudança para a cidade, na tentativa de buscar novos modos de vida, Zefa repele a ideia com veemência, “[...] dizia, de pronto, não querer nem falar em mudar pra cidade, que esse troço de ser atropelada pela maquinaiada barulhenta não era com ela não” (FELÍCIO, 1985, p. 127).

Neste trecho é possível perceber a identidade matuta de Zefa: a típica moradora da zona rural que se assusta com todo o movimento da cidade. E, considerando que, de acordo com Cuche (2002, p. 177), “a identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo [...] e o distingue dos outros grupos” [...]. Assim, a personagem se localiza como pertencente ao meio rural, e não ao urbano. Para tanto, recorre a elementos como o barulho da cidade e o movimento rápido dos carros para justificar sua repulsa ao meio citadino, já que a fazenda, mesmo com toda a dificuldade de sobrevivência, é vista como espaço de repouso, tranquilidade; é nesse lugar que ela se sente confortável.

Além disso, mantém o pulso firme com os filhos ao vê-los inertes no cotidiano da casa. O que se cria é a imagem de crianças em situação difícil, que passam fome e provavelmente não possuem forças para exercer atividades condizentes com suas idades. Mesmo assim, Zefa brigava com os filhos porque os achavam preguiçosos.

[...] Ralhava sempre com os danados, dizendo que tomassem preceito de gente com aquela cara de bicho-preguiça, mas uns homens sabidões da farmácia disseram que aquilo era doença

endêmica – Joaquim, com suas nenhuma letras, saberia lá o que fosse isso? Diante do ar espantado de Quim, corrigiram os homens sabidões da cidade, dizendo que aquilo não passava de lombriga, parasitas que se amontoavam aos milhões na barriga do povo da roça, que vivia longe da civilização, [...]” (FELÍCIO, 1985, p.126).

As caracterizações atribuídas aos filhos de Joaquim revelam a situação problemática em que vivem, comparados a bichos-preguiça, de movimentos lentos e sem atitudes para atividades intensas. Um “[...] bando de pequerruchos remelentos, carinhas pálidas e com o branco do olho acentuado denunciando anemia” (FELÍCIO, 1985, p. 128).

Ao mesmo tempo, outro ponto que merece destaque é a visão das pessoas da cidade, os “sabidões da farmácia”, sobre a contração de lombriga pelos filhos de Joaquim. Fica evidente que tais personagens, em contato com a realidade urbana, acreditam que doenças como essa são recorrentes apenas nas pessoas que vivem na zona rural, o que, de alguma forma, indica que talvez não haja saneamento básico eficiente para evitar esse e outros tipos de doenças – o que se comprova nesse caso específico do conto de Brasigóis Felício –, e que apenas a cidade possui esses incontáveis benefícios. O problema é que tal discurso transmite, automaticamente, a ideia de que na cidade todos são saudáveis, pois possuem os recursos necessários de sobrevivência. Observa-se aí a construção de uma imagem utópica da cidade como solução dos problemas e lugar ideal para moradia.

A débil condição de vida da família de Joaquim é representada em várias sequências da narrativa, quando, por exemplo, Joaquim se perde em seus pensamentos e a fome atua como o fio condutor que o traz à realidade e impede a continuidade das divagações: “um repuxão fundo na barriga lembrou-o que fora buscar um taco de gordurinha para afogar um arrozim no vizinho que distava uns cinco quilômetros, e lá estava a matutar bobagens, [...]” (FELÍCIO, 1985, p.127). A situação dos alimentos que são ingeridos pela família também é descrita: “pensou também no arrozim-com-feijão sem sal e sem sustança que, àqueles horários, Zefa estaria a preparar para si e para os oito rebentos desemxabidos, [...]” (FELÍCIO, 1985, p.126). Fica evidente que, além de não possuírem alimentos suficientes para saciarem suas necessidades básicas, a família de Joaquim se alimenta, diariamente, com algo que não oferece o sustento necessário para suportar a rotina do campo.

Diante da situação, Joaquim começa a refletir sobre o futuro de sua prole e procura, em algum canto, algo que indique a solução para os problemas pelos quais passa. Nesse meio tempo, a barriga continua a dar indícios de fome como que a cobrar alguma atitude imediata e concreta, não apenas pensamentos. Assim, observa que não há mais possibilidades de viver no campo, e ir para outra fazenda não resolveria o problema, já que a situação se configurava da mesma forma: ausência de trabalho manual em grande quantidade para os peões.

Isso se dá com a industrialização e, conseqüentemente, a produção de máquinas que viabilizariam um trabalho rápido e eficiente no campo, sem utilizar uma excessiva mão de obra dos peões, portanto, com um custo menor. E Joaquim se mostra assustado com a chegada de um trator à fazenda de Godofredo:

Quim se sentiu como que acuado, diante da visão, um pouco adiante, de um trator que roncava poderoso, desafiando a pouca capacidade de seus braços sofridos, mas sempre bem dispostos. A verdade é que Quim não via com olhos de agrado aquela máquina rugidora que fazia, em poucas horas, o trabalho de uma peonagem inteira, muito embora tivesse examinado o engenho, perscrutando-lhe o vigoroso funcionamento, enquanto Godofredão acertava com o tratorista e não olhava, com aqueles olhos de todo-poderoso, para a sua pessoinha, sem nenhum poder (FELÍCIO, 1985, p.126).

O brado do trator intimida a personagem, que se sente ainda mais inferiorizada naquele espaço, principalmente pelo fato de a máquina se apresentar e executar o trabalho com vigor, ao passo que o protagonista não possui tanta força nos braços como antes, o que significa que se ocupa com o trabalho no campo há um certo tempo. Observa-se que surgem, a todo momento, elementos exteriores ou interiores que reduzem Joaquim a uma quase não-existência, como se o espaço campesino tratasse de expulsá-lo de seus domínios, vislumbrando-se que não havia mais necessidade de seus serviços, tornando-se ele, dessa forma, descartável naquele ambiente.

Além disso, o trator se avulta como um símbolo da modernização na fazenda: o processo de renovação e transformação do campo em um espaço moderno que, aos poucos passa por um processo de sofisticação com o afastamento progressivo da simplicidade na vida e no trabalho rural.

A industrialização afetou profundamente o ritmo da vida campesina, na medida em que acabou por propiciar a configuração de um contexto social que resultou no fenômeno do êxodo rural, que, aliado ao crescimento demográfico, promoveu uma exacerbada concentração urbana e a conseqüente formação das metrópoles (IGNÁCIO, 2010, p.27).

E, nesse contexto, o dono das terras e patrão de Joaquim (Godofredo) assume lugar de destaque, o qual é caracterizado de forma imponente e autoritária como possuidor de várias glebas e gado. Fica claro que essa personagem possui grande estabilidade social e financeira, exercendo poder de forma energética sobre seus empregados, à moda dos coronéis representados na literatura de Bernardo Élis, uma das marcas desse autor goiano.

E depois, Godofredão, de grande bigode e fala grossa, não queria mais saber de lavouragem, pelo que andava a redizer de uns tais lucros poucos, e muitas lidas. Quando as chuvas não amiudavam, podia-se ter como certo o seu despotismo. Daí as encomendas de sementes para capim e as compras de gado dos mais invejáveis de gordos, que Quim gostava de pensar imprimir um dia a sua marca, mesmo que sentisse dó dos bichinhos, que teriam de levar nos flancos umas letras para cuja impressão foi preciso um ferro vermelim e um cheiro de carne chamuscada (FELÍCIO, 1985, p.125-126).

A ênfase no “bigode grande” e a “fala grossa” realçam a posição de dominador presente na personagem Godofredo, além do uso do aumentativo “Godofredão”, que possibilita uma imagem de superioridade e arrogância, de sobreposição às demais personagens que, na visão dele, não possuem condições de nenhuma ordem para se impor na sociedade, isto é, ser “visíveis”. Sobre isso, vale ressaltar que “a identidade é então o que está em jogo nas lutas sociais. Nem todos os grupos têm o mesmo “poder de identificação”, pois esse poder depende da posição que se ocupa no sistema de relações que liga os grupos. Nem todos os grupos têm o poder de nomear e de se nomear (CUCHE, 2002, p. 185-186).

Depreende-se, então, que Godofredo está inserido no grupo que possui o poder de identificação, de nomeação, já que está numa condição superior à dos trabalhadores da fazenda, principalmente pelo poder aquisitivo obtido, o que, automaticamente, dá a ele outros poderes para gerir sua fazenda e a vida de seus empregados, que, provavelmente, como Joaquim, não possuem conhecimento suficiente para “tomar as rédeas” da situação, permanecendo à mercê dos desmandos de Godofredo.

Bourdieu explica [...] que somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmo e dos outros. O conjunto das definições de identidade funciona como um sistema de classificação que fixa as respectivas posições de cada grupo. A autoridade legítima tem o poder simbólico de fazer reconhecer como fundamentadas as suas categorias de representação da realidade social e seus próprios princípios de divisão do mundo social. Por isso mesmo, esta autoridade pode fazer e desfazer os grupos (CUCHE, 2002, p.186).

Godofredo se configura como autoridade legítima para atribuir a seus empregados a forma como devem trabalhar e agir. E, ao mencionar, anteriormente, que a identidade é ao mesmo tempo inclusão e exclusão, percebe-se no texto que Godofredo dita às demais personagens o que elas podem fazer e o que não podem: traça uma fronteira social que não permite transposição. Faz a inclusão desse grupo em determinados espaços e os exclui de outros.

Desse modo, o grupo de peões, e especificamente Joaquim, reconhece sua posição e se configura como alvo da prática relacional de poder, de acordo com as definições dadas por Foucault (2001, p.12), que prossegue afirmando que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; [...] o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

Joaquim, que antes nutria esperanças de que o patrão levasse em consideração o tempo de “fidelidade canina” dispensado a ele, percebe que se encontra consideravelmente deslocado no espaço rural em virtude da chegada das máquinas, principalmente pelo fato de que

Godofredão lhe avisa que não havia mais trabalho para ele na fazenda, indicando que não há outro caminho a não ser partir para a cidade com a família, fazendo questão de enfatizar: “[...] “olha, você deve ir para a cidade, lá tem serviço, você ganha dinheiro e fica perto da civilização, mais junto do Governo” (FELÍCIO, 1985, p. 128).

É evidente a construção discursiva da cidade como *locus amoenus* a partir da ideia de emprego e dinheiro fácil, além de contar com a ajuda do Governo. Em suma, faz-se a construção da representação de um ambiente aconchegante que, de alguma forma, fizesse com que Joaquim e sua família não repelissem a ideia de mudança para o meio urbano; uma tentativa de abrandar o impacto dessa migração.

Tais descrições da cidade atuam como argumentos de persuasão, criando a imagem de que a realidade citadina se caracteriza melhor do que a campesina. Tal discurso se assemelha com aquele produzido pelos mudancistas na ocasião da transferência da capital do Estado da Cidade de Goiás para a cidade de Goiânia, símbolo da modernidade, do progresso e desenvolvimento do Estado, como afirma Oliveira (2004).

Em virtude disso, mesmo com sua identidade rústica e matuta, e o desgosto de sua esposa Zefa ao se imaginar em meio ao movimento apocalíptico da cidade, o protagonista da narrativa considera que a civilização era difícil de lidar em função das ruas cheias de automóveis e pessoas que passam velozmente, e que roceiros como ele não conseguiriam desbravar esse espaço ainda desconhecido. No entanto, chega à conclusão de que, “se o povo elegante da cidade podia receber os ‘incontáveis benefícios da civilização’ porque ele também não poderia?” (FELÍCIO, 1985, p. 127). Assim, com a ajuda do patrão, Joaquim compra as passagens para a família toda e partem para Goiânia.

2 Derruição do homem do campo e da promessa de uma vida melhor

Ao chegarem a Goiânia, o narrador estabelece uma ligação entre a família de Joaquim e os retirantes do Nordeste retratados pelo pintor Portinari. Tal referência possibilita que a situação da família seja visualizada pelo leitor em função de algumas semelhanças que podem ser apreendidas das duas formas de arte: assim como os retirantes saem, pacificamente, de seus espaços à procura de lugar melhor para viver, Joaquim sai da fazenda para a cidade, buscando a mesma coisa.

Além disso, da mesma forma que o espaço da fazenda e o patrão Godofredo fizeram com que Joaquim fosse expulso daquele ambiente em função de sua aparente inutilidade, os retirantes também são expulsos de seu espaço, o qual, aos poucos, força a evasão pela falta de água e, conseqüentemente, falta de alimento necessário à sobrevivência, dentre outros fatores.

Nos dois casos, há a imagem de um espaço que prende, sufoca, maltrata, até que as personagens sejam motivadas a partir.

Uma família muito parecida com os retirantes do Nordeste, tão bem retratados pelas mãos de Portinari, desembarca na Estação Rodoviária de Goiânia. Quim e seus filhos, mais a magérrima mulher, não têm para onde ir, o que fazer, muito menos o que comer. No caminho, dentro do ônibus [...] a tristeza e a apreensão abateu-se sobre aquelas cabeças singelas que, de certa forma, ainda que medrosamente, esperavam alguma coisa da cidade grande: algum conforto, trabalho conseguido facilmente, nem que fosse para catar lixo na rua, desentupir privada, capinar lote – qualquer coisa servia (FELÍCIO, 1985, p.129).

A imagem de Portinari também se liga à narrativa pela representação dos corpos das personagens em que se avistam apenas pele e ossos: seres magros, olhares escuros, tristes e vazios; roupas rasgadas, remendadas. Além de que uma das crianças retratadas pelo pintor apresenta uma “barriga lombriguenta”, como o narrador aponta na narrativa de Felício (1985) ao se referir aos filhos de Joaquim. E o céu permeado por tons escuros com a presença de pássaros negros que, nesse contexto, podem significar a presença de urubus, aguardando que se esvaia o último resquício de vida daqueles seres para que a fome do bando seja saciada. Uma espécie de anúncio de morte.

Na estação rodoviária da cidade, a família de Joaquim continua deslocada em maior grau, pois, na fazenda, mesmo com toda a dificuldade, reconheciam aquele espaço como seu lar; na cidade, agiam como seres errantes, afinal, não havia direcionamento nenhum para onde ir ou o que fazer. Nesse ponto, a imagem utópica da cidade começa a ruir aos poucos em razão do choque de realidade a que se submetem a todo instante.

[...] o espaço urbano [...] percebido, aí, como um local cuja configuração, em vez de abrigar o indivíduo, acaba por cerceá-lo, por sufocá-lo e por desgastá-lo, na medida em que tal contexto citadino passa a se caracterizar como uma promessa (não cumprida) e (consequentemente) uma decepção: um deslumbramento e um desencanto, por parte das personagens (IGNÁCIO, 2010, p.36).

Mesmo apreensivo com a vida na cidade, Joaquim esperava outra realidade ao entrar em contato com o meio citadino. Desse modo, começa o movimento de desencanto, pois, como afirma o Ignácio (2010), o espaço começa a sufocá-lo. A identidade rural se sobressai nos momentos iniciais do contato com o meio urbano quando “assustado com o barulho dos carros, o rebrilhar colorido dos letreiros, a pressa dos passantes, o chegar e o sair dos ônibus na Estação Rodoviária, Joaquim olhou para Josefa com cara de espanto e medo, no que foi correspondido com o mesmo olhar medroso da humilde Zefa” (FELÍCIO, 1985, p. 129).

O contraste entre os modos de vida começa a se avolumar neste trecho, tendo em vista que os medos das personagens se confirmam: o movimento rápido e furioso das ruas da cidade, entremeados a veículos e pessoas em uma circulação enérgica, vigorosa, uma das cenas

recorrentes no meio urbano na modernidade. Esses medos se configuram como uma reação esperada de pessoas que viviam em um ambiente predominantemente tranquilo.

[...] O homem moderno arquetípico [...] é o pedestre lançado no turbilhão do tráfego da cidade moderna, um homem sozinho, lutando contra um aglomerado de massa e energia pesadas, velozes e mortíferas. O borbulhante tráfego da rua [...] não conhece fronteiras espaciais ou temporais, espalha-se na direção de qualquer espaço urbano, impõe seu ritmo ao tempo de todas as pessoas, transforma todo o ambiente moderno em “caos”. O caos aqui não se refere apenas aos passantes [...] mas à sua interação, à totalidade de seus movimentos em um espaço comum (BERMAN, 1986, p.154).

Berman (1986), ao caracterizar o homem moderno arquetípico, identifica-o como o pedestre que precisa lutar contra o caos da cidade e, ao mencionar que o tráfego da rua não conhece fronteiras espaciais, pode ser entendido que o movimento não fica restrito apenas às ruas, mas também às calçadas, à cidade como um todo. A calçada pode não ser compartilhada apenas pelos pedestres, mas, em alguns casos, por veículos que passam velozes e seguem o fluxo contínuo das entranhas da rua.

Nesse vórtice em que se encontra a família de Joaquim, ainda sem lugar certo para dormir, acabam se encostando debaixo de uma marquise, envoltos em jornais, para esperar que o dia amanheça, à moda dos moradores de rua, que também são seres deslocados, vivendo em um espaço totalmente desagregador. E “atônito com o apocalíptico ruído urbano, ainda cansado e sonolento, Quim tem vontade de sair proclamando, aos berros, que Deus morreu. A fome gritava dentro da barriga [...]” (FELÍCIO, 1985, p. 130).

A sensação de Joaquim é a de explosão, fúria com o momento que estavam vivendo. A partir daí, começa a derruição do homem do campo, pois a personagem começa a questionar a existência de Deus, isto é, sua identidade religiosa começa a ser abalada; seus valores começam a se desconstruir aos poucos, em um movimento lento, mas progressivo, já que, além de não ter lugar para permanecer, não há alimento para si e sua família.

Em virtude disso, decidiu pedir comida ao dono de um bar, o qual retruca: “Não sou pai da humanidade, nem tenho obrigação de tratar de seus filhos, quem mandou fazer filhos? [...]” (FELÍCIO, 1985, p.130). Tal cena também contribui para a desconstrução sequencial da imagem utópica da cidade como um lugar em que as pessoas se ajudavam, o que inclusive foi destacado por Godofredo enquanto tentava convencer o protagonista a se mudar para a cidade.

Diante da situação, “a conselho de um policial, Quim encostou com sua família num subúrbio, onde se erguia imponente favela. “Vê se ajeita uma casa de papelão por ali, pois senão vocês vão todos morrer de frio numa madrugada dessas” (FELÍCIO, 1985, p.130). Outrora marginalizados em sua condição de moradores do campo, analfabetos e sem poder aquisitivo, agora tal identidade contribui para que também não houvesse espaço para eles no centro da

cidade. Assim, são destinados à favela, um entre-lugar da cidade, como afirma Ignácio (2010), onde vivem os seres que não são aceitos pelo centro, espacialmente e ideologicamente construído.

Na tentativa de conseguir emprego, Joaquim se insere no emaranhado das ruas, com certa dificuldade. “[...] Desacostumado com o trânsito da cidade grande, Quim ficava receoso de atravessar as ruas, demorando demasiadamente para consegui-lo” (FELÍCIO, 1985, p.130). Ainda assim, mesmo com os transtornos – o choque de realidade com a chegada na cidade, passar a primeira noite na rua, morar na favela – Joaquim procura uma transformação, uma busca incessante por um novo modo de vida. E é justamente isso que o impulsiona a enfrentar o turbilhão que se avoluma à sua frente.

O homem na rua moderna [...] se vê remetido aos seus próprios recursos [...] e forçado a explorá-los de maneira desesperada, a fim de sobreviver. Para atravessar o caos, ele precisa estar em sintonia, precisa adaptar-se aos movimentos do caos, precisa aprender não apenas a pôr-se a salvo dele, mas a estar sempre um passo adiante. Precisa desenvolver sua habilidade em matéria de sobressaltos e movimentos bruscos, em viradas e guinadas súbitas, abruptas e irregulares – e não apenas com as pernas e o corpo, mas também com a mente e a sensibilidade (BERMAN, 1986, p.154).

Percebe-se que Quim demorava a atravessar as ruas em função da necessidade de se adaptar aos movimentos, tentar entrar em consonância com o espaço. E, considerando o que foi dito por Berman (1986), Joaquim necessitava entrar em sintonia com a rua, observar suas oscilações, suas intermitências, compreender seu funcionamento para que então tivesse a oportunidade de sobreviver naquele ambiente agitado.

No entanto, em uma batida policial, Joaquim é preso, indevidamente. Havia sido identificado como um marginal, provavelmente pelos trajes que o compunham e pelo fato de andar desnordeado pela cidade, na tentativa de conhecer seu mecanismo de funcionamento. A polícia se afigura no conto, como o grupo dominante que possui o poder de identificação/nomeação, como explanado anteriormente, sendo que tal grupo elege certo conjunto de características para representar a marginalidade de acordo com o seu poder legítimo de identificação, e que seriam a causa da maior parte dos problemas da sociedade, na visão desse grupo. Nesse contexto, essas características do indivíduo são apresentadas por Ennes e Marcon (2014) como marcadores sociais:

[...] são elementos simbólicos e estão associados ao processo de produção da ideia de pertencimento ou de alteridade com relação a um outro. Isto, se considerarmos os marcadores como os significantes das fronteiras. Tais marcadores são os sinais corporais, as formas de agir, de falar, de vestir, entre outras, evidenciadas pelos próprios sujeitos como substâncias particulares dos grupos sociais no momento em que são ressaltados os seus significados (ENNES; MARCON, 2014, p.294)

Desse modo, os marcadores sociais evidenciam que determinado sujeito pertence a um grupo e não a outro, constituindo as várias fronteiras simbólicas que se fazem presentes na sociedade e que provocam o afastamento ou aproximação dos sujeitos a certos espaços e condições. Além disso, é importante mencionar que tais marcadores, na visão de um grupo oposto, definem exatamente o caráter do sujeito. E assim, mesmo os apelos de Zefa, dizendo que olhassem as mãos ásperas do esposo, procurando indicar que se tratava de um trabalhador do campo, e, portanto, homem de bem, não foram suficientes para que o desentendimento cessasse.

O poder de classificar leva à “etnicização” dos grupos subalternos. Eles são identificados a partir de características culturais exteriores que são consideradas como sendo consubstanciais a eles e logo, quase imutáveis. O argumento de sua marginalização e até de sua transformação em minoria vem do fato de que eles são muito diferentes para serem plenamente associados à direção da sociedade. [...] a imposição de diferenças significa mais a afirmação da única identidade legítima, a do grupo dominante, do que o reconhecimento das especificidades culturais. Ela pode se prolongar em uma política de segregação dos grupos minoritários, obrigados de certa maneira a ficar em seu lugar, no lugar que lhes foi destinado em função de sua classificação (CUCHE, 2002, p.187).

No outro dia, quando saiu da prisão com sinais de violência pelo corpo, Joaquim desistiu de procurar emprego, dizendo que não adiantava. “[...] Incentivado pelos vizinhos, que lhe ofereciam aguardente, deu para beber. [...] Para comer alguma coisa, mandava os meninos, com uma vasilha a pedir restos de comida nas casas. A vergonha que sentia no início, por não encontrar trabalho, desaparecera por completo [...]” (FELÍCIO, 1985, p. 130).

É perceptível, a partir disso, que o protagonista, juntamente com sua família, começa a se adaptar aos meios e modos de vida no espaço da favela. E é neste ponto que se aguçam as discussões sobre a identidade das personagens, pois, de um trabalhador honesto, humilde, subalterno, Joaquim passa a construir para si a identidade de um homem despreocupado com a vida, boêmio, ao ponto de incentivar o roubo por parte dos filhos.

Tal mudança é explicada pelo fato de que “a identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato” (CUCHE, 2002, p.182). Desse modo, são as interações com o meio que proporcionam a construção da identidade: enquanto Joaquim permanecia na fazenda, as relações que mantinha com as demais personagens e, especificamente com o patrão, contribuíram para a formação daquela identidade subalterna, respeitosa, de acordo com a posição em que se encontrava e aquela que exercia na campo na função de peão, portanto, obediente ao dono das terras; e, na cidade, após passar por tantos problemas que culminaram em sua prisão indevida, Joaquim começa a compreender que naquele espaço de nada adiantava ser justo e honesto, pois acabou tendo o mesmo destino das

pessoas que roubaram, mataram ou cometeram outros tipos de crime. Fica evidente, então, que a prisão de Joaquim é o ápice para a transformação da identidade.

Sobre o assunto, ao abordar a concepção subjetivista da identidade cultural, Cuche (2002, p. 181) aponta que esta não é uma identidade recebida definitivamente, mas também não é uma questão de escolha “[...] em que cada um seria livre para escolher suas identificações”. Tal concepção considera o caráter variável da identidade ao indicar que as identidades são relativamente estáveis, são construções que tomam corpo na interação com os grupos sociais.

A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais (CUCHE, 2002, p.182).

Um exemplo disso, é que na narrativa de Brasigóis Felício, ao se referir às constantes práticas de roubo por parte dos filhos de Joaquim, o narrador menciona que “[...] a princípio os meninos apanhavam por causa do roubo, mas Zefa e Quim perceberam logo que na favela isso é comum, [...]” (FELÍCIO, 1985, p.131). Ou seja, no interior daquele contexto social, roubar é considerado um ato comum. Diante disso, práticas que eram consideradas pelas personagens como anormais passam a se configurar na esfera do aceitável, afinal, de acordo com o discurso do narrador, Joaquim e a esposa perceberam que aquilo era comum naquele meio, não havendo motivo para que os filhos fossem penalizados, isto é, a construção da nova identidade produziu um efeito social real, como indicado por Cuche (2002).

Na esteira desse discurso, ao discorrer sobre a produção social da identidade, Silva (2000) aponta que a identidade e a diferença são criaturas da linguagem, portando construídas cultural e socialmente, o que contribui para que sejam flexíveis, instáveis, em função do caráter oscilante da linguagem. No entanto, considerando essas intermitências da linguagem, tanto a identidade como a diferença trazem consigo o poder de definir o sujeito. “A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder: o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (SILVA, 2000, p. 81).

Automaticamente, os filhos de Joaquim deixaram suas identidades construídas no meio campestre e também se adequaram ao novo modo e contexto de vida, a partir da formação de outra identidade. Os filhos maiores Quinzinho e Tonho que “combinaram de lavar carros na av. Goiás” (FELÍCIO, 1985, p.131). E as outras filhas de Quim, “Amélia e Joaquina, com apenas quatorze anos, se perderam, caíram na vida. [...] andando sempre com os lábios pintados de um

batom bem vermelho, definido como “sem vergonha” pela humilde Zefa” (FELÍCIO, 1985, p. 131). E os demais filhos do casal também têm seus destinos apontados pelo narrador:

Um dos filhos de Quim morreu recentemente, atropelado na av. Goiás. Outro, pertence a uma quadrilha mirim, tendo várias passagens pela polícia. O chefe da casa esqueceu sua antiga humildade, e anda a contar bravatas, cheio de pinga, pelas ruas. [...] Zefa, cansada de sofrer, foi-se desta para a melhor, atacada de inanição (FELÍCIO, 1985, p. 131).

É interessante destacar que Zefa oscila entre suas identidades: ora começa a considerar que o roubo é comum, ora compreende que a atitude das filhas de se envolverem com a prostituição é um ato sem vergonha, o que é representado pelos lábios vermelhos. Há aí uma dissonância entre as construções morais de Zefa: tomar coisa alheia passa a ser aceitável, mas vender o corpo não. Uma aparente confusão que acomete a personagem e se intensifica com o fato do atropelamento de um filho, a situação do outro que pertence a uma quadrilha mirim, e seu marido, totalmente despojado de sua humildade dos tempos da fazenda, fazem com que Zefa desfaleça aos poucos num estado de inanição que termina com a morte.

No tocante ao protagonista, que continuou sendo preso, ora por alcoolismo, ora por roubo ou mesmo vadiagem – seu novo modo de “estar no mundo” –, observa-se que, de acordo com os postulados de Cuche (2002), considerando o caráter mutável da identidade, Joaquim passou por um processo de estratégia de identidade.

[...] a identidade é vista como um meio para atingir um objetivo. Logo, a identidade não é absoluta, mas relativa. O conceito de estratégia indica também que o indivíduo, enquanto ator social, não é desprovido de uma certa margem de manobra. Em função de sua avaliação da situação, ele utiliza seus recursos de identidade de maneira estratégica. Na medida em que ela é um motivo de lutas sociais de classificação que buscam a reprodução ou a reviravolta das relações de dominação, a identidade se constrói através das estratégias dos atores sociais (CUCHE, 2002, p.196).

Outrossim, no contexto da narrativa, Joaquim, aos poucos, percebeu o movimento da cidade, especificamente da favela, espaço em que predominantemente se encontrava, e passou a entrar em sintonia com o ambiente, uma necessidade do homem moderno, como afirmou Berman (1986). E, desse modo, o protagonista, na posição de ator social da narrativa, iniciou um processo de fragmentação de sua identidade para, em seguida, reconstruí-la de acordo com o novo contexto em que se situava por meio de uma avaliação do ambiente, como ocorreu na ocasião em que foi preso.

Logo, o processo de estratégia de identidade se deu pelas constantes avaliações realizadas pela personagem, a fim de definir e adequar seu comportamento àquele meio, de modo que o uso do vocábulo “processo” indica uma constante construção e desconstrução das identidades, um ato contínuo motivado pelas trocas sociais, como mencionou Cuche (2002).

No entanto, para afastar a ideia de que o uso da palavra “estratégia” indicaria que o sujeito fosse livre para acessar e escolher as identidades que considerasse pertinentes em dadas situações ou direcionadas de acordo com determinados indivíduos.

[...] recorrer ao conceito de estratégia não deve levar a pensar que os atores sociais são totalmente livres para definir sua identidade segundo interesses materiais e simbólicos do momento. As estratégias devem necessariamente levar em conta a situação social, a relação de força entre os grupos, as manobras dos outros, etc. Mesmo que a identidade se preste à instrumentalização por sua plasticidade [...] a identidade é sempre a resultante da identificação imposta pelos outros e da que o grupo ou indivíduo afirma por si mesmo (CUCHE, 2002, p.196-197).

Então, de acordo com esse posicionamento, Joaquim não definiu sua identidade a partir de seus interesses, como indicou o autor acima; trata-se de uma relação de força entre os grupos que tratou de identificar Joaquim como um marginal na primeira vez em que foi preso, relação esta que possibilitou a continuação do processo de transformação das identidades por meio de uma série de manobras (experimentações e/ou adequações) feitas pela personagem, mas que foram condicionadas à situação e ao meio em que vivia, identidade esta que passou a ser afirmada pelo protagonista.

Em suma, defende-se “[...] a ideia de que os processos identitários precisam ser analisados, sobretudo, como expressão de relações de poder geradoras de estratificação, hierarquização e localização, mas também, por vezes, de transgressão social” (ENNES; MARCON, 2014, p.286). O que ocorre com Joaquim, tendo em vista que transgrediu o modo de vida tranquilo que possibilitou a construção de uma identidade rural em que se afirmavam características como a honestidade, subalternidade e inferioridade, para depois subverter essa identidade a partir das trocas sociais com outros grupos, de modo que a despreocupação com a vida e com as coisas passe a ser uma de suas marcas. E, assim, “toda a família Quim, de obscuros roceiros, passou, subitamente importante, a frequentar as folhas policiais, e o vastíssimo fichário dos distritos e delegacias” (FELÍCIO, 1985, p. 131).

Considerações finais

Hall (2006) menciona que as velhas identidades estão em declínio, o que culmina com a construção de novas identidades, fazendo com que o sujeito se torne fragmentado, esparso, o qual era visto antes como um sujeito unificado. Para isso, o autor afirma que as identidades modernas inserem-se em um processo de descentralização que contribui para o deslocamento das identidades e do sujeito.

Desse modo, pode-se pensar que, mesmo que a identidade possua a tendência à fixação, o processo identitário acontece a partir das forças de estabilização de uma identidade e a

possibilidade de subversão, de acordo com os contextos e sujeitos que pertencem a determinado grupo e as relações que determinado sujeito mantém nesse ambiente.

Portanto, surge a ideia de que, a partir do modo como é retratado na narrativa de Brasigóis Felício, Joaquim era dotado, enquanto vivia na fazenda, de uma identidade única, sendo representado como um sujeito unificado, além de que o texto também possibilita a construção da imagem de que todos os habitantes da zona rural se caracterizam dessa forma. Entretanto, pode-se afirmar que “nenhum grupo, nenhum indivíduo está fechado *a priori* em uma identidade unidimensional. O caráter flutuante que se presta a diversas interpretações ou manipulações é característico da identidade” (CUCHE, 2002, p.192).

Por fim, vê-se que as personagens permaneceram deslocadas na cidade, como apontado anteriormente, visto que não se prenderam a nenhum espaço, ou seja, nenhum lugar foi identificado como propriedade delas; não havia sentimento de pertencimento. E Joaquim continuou vivendo inferiorizado, já que ainda estava às margens da sociedade, na mesma condição de subalterno em que se encontrava, mas, não ao patrão; naquele momento, a personagem estava sendo submissa ao novo espaço em que se localizava a partir das normas que eram impostas pelo ambiente e pelas demais personagens que o cercavam.

Referências

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: _____. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. 2. ed. São Paulo: EDUSC, 2002. p.175-202.
- ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, Porto Alegre, v.16, n. 35, p. 274-305, jan./abr. 2014.
- FELÍCIO, Brasigóis. Êxodo rural. In: _____. *Monólogos da angústia*. Goiânia: Cultura Goiana, 1985. p.125-131.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 16. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- IGNÁCIO, Ewerton de Freitas. *Do campo abandonado para a cidade suportada: campo e cidade na literatura brasileira*. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.
- LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. As imagens de Goiânia na literatura mudancista. In: CHAUL, Nasr Fayad; SILVA, Luís Sérgio Duarte da. (Orgs.). *As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás*. Goiânia: UFG, 2004. p. 137-202.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.